



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RESULTADOS

ANO BASE 2025

Comissão de Inventário Anual de Bens de Almocharifado

Porto Velho, RO

Janeiro / 2026

1. FINALIDADE DO COLEGIADO	3
2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)	3
3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS	3
3.1 Regularização do Saldo Patrimonial do Almoxarifado	3
3.2 Proposição de Melhoria na Segurança e Vigilância (Anexo I)	3
3.3 Reestruturação do Espaço Físico e Salubridade	4

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO COLEGIADO

1. FINALIDADE DO COLEGIADO

Objetivo Institucional: A Comissão tem como finalidade a elaboração do Inventário Anual de Bens de Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Sua atuação é fundamental para assegurar a fidedignidade dos saldos existentes em 31 de dezembro de cada exercício, permitindo a correta análise contábil e o registro do ativo patrimonial do Regional. O trabalho visa garantir a segregação de funções e a conformidade com as normas de administração de materiais, prevenindo danos ao patrimônio público.

Norma de Criação: Instituída pela Portaria GP n.º 0884, de 8 de julho de 2025, em observância às normas gerais estabelecidas pela Portaria GP n.º 601/2025.

Periodicidade Prevista: Conforme a norma de regência (Portaria GP n.º 601/2025), o inventário é anual, devendo o relatório final ser apresentado até o dia 31 de dezembro de cada exercício.

2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)

Durante o ano de 2025, o colegiado desenvolveu suas atividades de conferência e análise, culminando em registros formais de conclusão:

02/01/2026: Reunião de encerramento e entrega do Relatório Final de Inventário à Coordenadoria de Material e Patrimônio.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Regularização do Saldo Patrimonial do Almoxarifado

Referência: Deliberado no Relatório Final juntado em 02/01/2026 (Doc. 15).

Contextualização e Justificativa: A conferência física e financeira dos itens de consumo é essencial para a transparência administrativa e para que o balanço patrimonial do Tribunal reflita a realidade dos ativos disponíveis.

Descrição da Atuação: O colegiado efetuou a conferência de todos os bens de consumo, perfazendo um total de R\$ 184.114,58 em ativo patrimonial. O resultado foi validado pela Divisão de Contabilidade Analítica (DCA), que atestou a congruência dos saldos com os registros contábeis em 31/12/2025, permitindo a homologação do inventário sem pendências financeiras.

3.2 Proposição de Melhoria na Segurança e Vigilância (Anexo I)

Referência: Recomendação constante no Relatório de Inventário (Doc. 15) e

manifestação CMP/SA em 05/01/2026 (Doc. 19).

Contextualização e Justificativa: A identificação de vulnerabilidades no monitoramento das áreas de depósito visa prevenir furtos, extravios e danos ao patrimônio público.

Descrição da Atuação: A comissão sugeriu o reforço do monitoramento eletrônico no corredor externo do Anexo I (depósitos de bens permanentes e de consumo). Como desdobramento prático, a Administração informou que a demanda já está em tratamento no PROAD 5112/2025, em fase de elaboração do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) para aquisição e instalação de novas câmeras.

3.3 Reestruturação do Espaço Físico e Salubridade

Referência: Deliberado na reunião de repasse de recomendações em 02/01/2026.

Contextualização e Justificativa: A organização física adequada das seções de almoxarifado e tombamento é crucial para a salubridade do ambiente de trabalho e para a eficiência na movimentação de bens.

Descrição da Atuação: O colegiado propôs a separação das seções de almoxarifado e tombamento, além da criação de locais específicos para bens novos e usados. A Secretaria Administrativa deliberou pela análise junto à CSIL para a instalação de divisórias como medida imediata de reestruturação, visando atender à necessidade de organização do espaço físico diante da ausência de reformas estruturais no cronograma de obras vigente.